



**INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DE
SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**

**MWA COMERCIO EXPORTACAO
E IMPORTACAO LTDA**

Pelo presente contrato constitutivo de uma sociedade empresária limitada, e no melhor uso dos seus direitos, o abaixo assinado:

MARCELO LANNES BAPTISTA, maior, brasileiro, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, nascido em 15/08/1969, empresário, portador da carteira de habilitação nº. 00159875135, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº. 006.022.007-41, residente e domiciliado à Estrada Pacui, nº. 146 - Vargem Grande - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.785-160;

LORRANE DAMASCENO ROMERO, maior, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 22/05/1995, empresária, portadora da carteira de identidade nº. 2822362, expedida pelo DPT/DF, inscrita no CPF sob o nº. 039.788.901-19, residente e domiciliada à Estrada Pacui, nº. 146 - Vargem Grande - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.785-160;

VERA LUCIA DE OLIVEIRA SOUZA, maior, brasileira, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, nascida em 08/09/1974, empresária, portadora da carteira de habilitação nº. 02661151434, expedida pelo DETRAN/SP, inscrita no CPF sob o nº. 155.529.768-43, residente e domiciliada à Estrada Pacui, nº. 146 - Casa 1 - Vargem Grande - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.785-160.

Resolvem por este ato **CONSTITUIR**, como de fato constituem, uma empresa do tipo jurídico, **SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA**, conforme autoriza a legislação vigente, que se regerá pelo Código Civil e pelas cláusulas e condições seguintes:

UNIDADE RIO DE JANEIRO: Rua Joaquim Palhares, 40 – Torre Sul – 6º Andar
Ala A – Estácio - CEP: 26.0260-080 - Rio de Janeiro – RJ- PABX: (21) 2533-4061
sac@mgcontecnica.com.br www.mgcontecnica.com.br

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE E DURAÇÃO:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Artigo 1º.) A sociedade empresária, que é limitada, gira sob a denominação de **MWA COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA..**

Artigo 2º.) A sociedade terá sua sede à Rua Visconde de Pirajá, nº. 414 - Sala 718 - Ipanema - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 22.410-905, podendo abrir filiais, agências, depósitos fechados e sucursais em qualquer parte do território nacional, ou fora dele, atribuindo-lhes capital autônomo, conforme Legislação vigente à época.

Artigo 3º.) A sociedade iniciará suas atividades a partir do registro deste ato e atuará por tempo indeterminado.

CAPÍTULO II - DO OBJETO SOCIAL E DO CAPITAL SOCIAL:

Artigo 4º.) A sociedade empresária terá por objeto social, a exploração por conta e riscos próprios, no ramo de: **comércio atacadista de máquinas e equipamentos para uso industrial, partes e peças; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral, com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; comércio atacadista de equipamentos de informática; comércio atacadista de bombas e compressores, partes e peças; comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente, partes e peças; comércio atacadista de tintas, vernizes e similares; comércio varejista de bebidas; comércio varejista de tintas e materiais para pintura; comércio varejista de material elétrico; comércio varejista de ferragens e ferramentas; comércio varejista de madeiras e artefatos; comércio varejista de materiais hidráulicos; comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas; comércio varejista de materiais de construção em geral; comércio varejista de artigos de papelaria; comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos; comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios; comércio varejista de equipamentos para escritório; comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente; importação e exportação.**

Artigo 5º) O capital social da sociedade empresária será de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), dividido em 50.000 (cinquenta mil) cotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas e integralizadas neste ato pelos sócios, em moeda corrente do País e distribuídas da seguinte forma:

MARCELO LANNES BAPTISTA.....	16.670 Cotas a R\$ 16.670,00 (33,34%)
LORRANE DAMASCENO ROMEIRO.....	16.665 Cotas a R\$ 16.665,00 (33,33%)
VERA LUCIA DE OLIVEIRA SOUZA.....	16.665 Cotas a R\$ 16.665,00 (33,33%)

TOTALIZANDO.....	50.000 Cotas a R\$ 50.000,00 (100%)

Parágrafo Único: De acordo com o artigo 1.052 da Lei 10.406 de 10.01.2002 a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO E DO EXERCÍCIO SOCIAL:

Artigo 6º.) A administração e a representação da sociedade, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, será exercida por todos os sócios, em conjunto ou isoladamente, tão somente nos negócios que digam respeito à sociedade.

Parágrafo Primeiro: O nome da sociedade empresária só poderá ser usado em negócios e assuntos relacionados com seus objetos sociais, sendo vedado o uso da denominação social em negócios estranhos aos fins sociais, seja em favor do cotista ou de terceiros, tais como: fianças, avais, endossos e aceites de favor, os quais, se praticados, serão totalmente nulos em relação à sociedade, cabendo ao sócio infringente o ônus e a responsabilidade pelo ato praticado.

Parágrafo Segundo: Poderão os sócios, em conjunto ou isoladamente, nomear procurador(es) para a Sociedade através de instrumento de procuração pública, contendo expressamente os poderes a serem outorgados e fixação de prazo, dentro do qual os poderes serão exercidos, salvo quando a procuração for para fins de representação em juízo e repartições públicas.

Parágrafo Terceiro: Decisões envolvendo o patrimônio da sociedade, modificações no contrato social, decisões sobre a participação em outras empresas, serão aprovadas por deliberação de votos correspondentes a $\frac{3}{4}$ (três quartos) das cotas representativas do capital social.

Artigo 7º.) As operações com empréstimos junto a rede bancária, ou outros agentes financeiros, poderão ser praticados por todos os sócios, em conjunto ou isoladamente, tão somente nos negócios que digam respeito à sociedade.

Parágrafo Único: Todos os cheques, duplicatas, saques, aceites, ou endossos de títulos, aberturas, encerramento ou movimentação de contas bancárias poderão ser praticados por todos os sócios, em conjunto ou isoladamente, respeitando-se as restrições impostas pelos Artigos 6º., 7º. e seus respectivos parágrafos.

Artigo 8º.) A venda, alienação, cessão ou transferência, a qualquer título, de bens integrantes do Ativo Permanente da Sociedade, inclusive, mas não se limitando a bens imóveis e participações societárias, poderão ser praticados por todos os sócios, em conjunto ou isoladamente, tão somente nos negócios que digam respeito à sociedade.

Artigo 9º.) O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando então os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, sem prejuízo, entretanto, da apuração mensal dos resultados e, se for o caso, da distribuição dos lucros apurados mensalmente.

Parágrafo Primeiro: Os lucros e as perdas serão distribuídos entre os sócios de acordo com a participação de cada um no capital social, ressalvado o previsto neste artigo e seus parágrafos.

Parágrafo Segundo: Os administradores poderão determinar o levantamento de balanço semestral ou em períodos menores e os sócios que representem a maioria do capital social, reunidos em Reunião de Sócios, deliberarão sobre a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços, respeitados os requisitos legais.

Parágrafo Terceiro: A qualquer tempo, os sócios que representem a maioria do capital social, reunidos em Reunião de Sócios, também poderão deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, existentes na conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral da Sociedade.

Parágrafo Quarto: Os lucros auferidos pela Sociedade poderão ser distribuídos desproporcionalmente entre os sócios da Sociedade, porém, desde que os sócios que vierem a receber lucros desproporcionais em relação à sua participação societária na Sociedade concordem expressamente com a distribuição desproporcional.

CAPÍTULO IV - DELIBERAÇÕES E REUNIÃO DE SÓCIOS:

Artigo 10º.) O presente contrato social poderá ser livremente modificado, a qualquer tempo, no todo ou em parte, por deliberação dos sócios que representam, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, ressalvado os casos previstos em Lei ou nas demais cláusulas do presente instrumento, que estabelecem quórum obrigatoriamente diferenciado para as deliberações sociais.

Artigo 11º.) As deliberações serão tomadas em Reunião dos Sócios que será convocada nos casos previstos em lei ou sempre que os interesses sociais a exigirem.

Artigo 12º.) As reuniões serão realizadas na sede da sociedade e a convocação dos sócios será feita pelo correio ou por qualquer outro meio existente, inclusive eletrônico, desde que seja possível a comprovação da ciência por parte dos sócios.

Parágrafo Único: As formalidades de convocação serão dispensadas quando todos os sócios comparecerem à reunião ou se declararem, por escrito, cientes do local, data e ordem do dia.

Artigo 13º.) A Reunião dos sócios poderá ser dispensada quando todos os sócios decidirem, por escrito, sobre a matéria que seria tratada, analisada ou deliberada em reunião.

Artigo 14º.) As deliberações tomadas em Reunião dos Sócios serão registradas no próprio instrumento de alteração contratual a que se referirem ou em ata, a critério do sócio

que presidi-la, devendo o instrumento de alteração contratual ou a ata ser levado para registro no prazo legal.

CAPÍTULO V - CESSÃO DE COTAS, EXCLUSÃO, FALECIMENTO E HAVERES:

Artigo 15º.) Na eventualidade de qualquer um dos sócios pretender retirar-se da sociedade, deverá comunicar o outro sócio, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, manifestando a sua intenção de não mais continuar na sociedade, para que o sócio remanescente exerça seu direito de preferência. Os haveres do sócio retirante serão apurados na forma prevista no Artigo 17º.

Parágrafo Único: As cotas da Sociedade e os direitos sobre as mesmas são inalienáveis e impenhoráveis, não podendo recair sobre os mesmos quaisquer ônus reais, tais como hipoteca, penhor ou servidão, nem mesmo poderão ser cedidos, vendidos, transferidos, dados em caução ou dação de pagamento, seja a que título for.

Artigo 16º.) A cessão, exclusão ou falecimento de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade, que prosseguirá com o sócio remanescente e os herdeiros ou sucessores do sócio que se encontrar em qualquer das situações supra descritas, salvo se os sócios que detenham a maioria do capital social resolverem liquidar a sociedade.

Artigo 17º.) Os haveres do sócio retirante ou excluído serão apurados em balanço especialmente levantado para tal fim, com data, desde já fixada, em 30 (trinta) dias anteriores ao evento e serão pagos mediante acordo e no máximo em 12 (doze) meses, corrigidos de acordo com índices oficiais, mais juros de 1% (um por cento) ao mês, vencendo-se a primeira no máximo em 60 (sessenta) dias após o evento, podendo o sócio remanescente, conforme disponibilidade da sociedade, antecipar esses pagamentos.

Artigo 18º.) No caso de falecimento, se os herdeiros ou sucessores do sócio falecido não demonstrarem interesse em participar da sociedade até 60 (sessenta) dias da abertura da sucessão, seus haveres serão apurados e pagos observando-se os critérios previstos no Artigo 17º.

Parágrafo Único: Caso os herdeiros legais do sócio pré-morto, resolvam ingressar na sociedade, conforme previsto no “caput” deste artigo, isto far-se-á por decisão dos sócios remanescentes, que poderão aceitá-los ou rejeitá-los na sociedade; caso os aceitem, estes terão direito somente às cotas que possuía o sócio pré-morto e também deverão assumir todas as responsabilidades, bem como os direitos do sócio pré-morto, e caso os sócios remanescentes não os aceitem, deverão pagar-lhes os direitos conforme descrito no Artigo 17º.

Artigo 19º.) Será lícita a exclusão por justa causa do sócio que, por praticar atos de inegável gravidade, estiver pondo em risco a continuidade da sociedade, desde que a exclusão seja consentida pelos sócios que representam a maioria do capital social.

Parágrafo Único: A exclusão do sócio por justa causa será deliberada em reunião convocada especialmente para tal fim, cientificando-se o sócio sujeito à exclusão, com 05 (cinco) dias de antecedência para que este compareça na reunião e exerça seu direito de defesa.

CAPÍTULO VI - DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE LIMITADA:

Artigo 20º.) Em caso de liquidação da sociedade, será designado pelos sócios um liquidante, que procederá a todos os atos da liquidação, realizando o ativo e o passivo social, bem como ficará incumbido de liquidar todas as obrigações comerciais, trabalhistas, previdenciárias e fiscais. O rateio do saldo credor apurado será dividido entre os sócios, na proporção de suas participações societárias.

CAPÍTULO VII - DAS DISPOSIÇÕES DIVERSAS:

Artigo 21º.) Nos futuros aumentos de capital social, os sócios terão direito a subscrição proporcional às cotas já possuídas.

Artigo 22º.) Os sócios terão direito a uma retirada mensal a título de pró-labore para fazer frente aos seus gastos pessoais, respeitando as condições do caixa da sociedade e os limites impostos pela legislação.

CAPÍTULO VIII - DO FORO:

Artigo 23º.) O Foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, será o competente para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CAPÍTULO IX - CASOS OMISSOS:

Artigo 24º.) Os casos omissos no presente instrumento e não previstos nos artigos 1.052 a 1.087 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, serão regulados, supletivamente, pela Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO X - DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO:

Artigo 25º.) Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CAPÍTULO XI - ENQUADRAMENTO EPP:

Artigo 26º.) Os sócios declaram que a sociedade se enquadra como **Empresa de Pequeno Porte - EPP**, nos termos da Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, II, LC n.º. 123, de 2006).

E por assim estarem de pleno acordo em tudo o que neste instrumento foi lavrado, e obrigando-se a cumpri-lo, assinam em 01 (uma) via, para que se cumpram os efeitos de registros.



Rio de Janeiro, 06 de maio de 2024.

MARCELO LANNES BAPTISTA

LORRANE DAMASCENO ROMERO

VERA LUCIA DE OLIVEIRA SOUZA

CONTÉCNICA

UNIDADE RIO DE JANEIRO: Rua Joaquim Palhares, 40 – Torre Sul – 6º Andar
Ala A – Estácio - CEP: 26.0260-080 - Rio de Janeiro – RJ- PABX: (21) 2533-4061
sac@mgcontecnica.com.br www.mgcontecnica.com.br

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MWA COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA
NIRE: 332.1326115-1 Protocolo: 2024/00422438-1 Data do protocolo: 16/05/2024
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 16/05/2024 SOB O NÚMERO 33213261151, 00006239461 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: D09DD53334DA34BD1FD6C4E9A0E73EA13251FEB7C9120C8487C499997535BCF8
Para validar o documento acesse <https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA MWA COMERCIO EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA, NIRE 33.2.1326115-1, PROTOCOLO 2024/00422438-1, ARQUIVADO EM 16/05/2024, SOB O NÚMERO (S) 33213261151 (DEMAIS CONSTANTES NA CAPA), FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
<input checked="" type="checkbox"/> 180.576.518-30	NILTON PIRES NUNES

16 de maio de 2024.

Gabriel Oliveira de Souza Voi
Secretário Geral

